

## COMUNICADO DO MOVIMENTO SOBRE CONSULTA AOS PARTIDOS

O **Movimento por um jardim ferroviário na Boavista** convidou todos os partidos representados na Assembleia Municipal do Porto a partilharem com os munícipes a sua visão para o futuro do terreno e do edifício da antiga estação ferroviária da Boavista. Para conhecimento de todos/as os/as interessados/as, partilhamos em baixo as respostas dos partidos.

O Movimento defende que qualquer projecto de grande envergadura a ser pensado para este edifício e terreno públicos, de grande valor histórico, patrimonial e urbano, deve envolver um **processo participativo efectivo dos cidadãos e cidadãs** e que a **petição popular subscrita por mais de 9450 pessoas a favor da criação de um espaço verde para este terreno** não pode ser ignorada. É com muito agrado que verificamos que a maioria dos partidos que responderam ao nosso repto também defende que seja qual for o destino a dar a este edifício e ao terreno da antiga estação ferroviária da Boavista, essa decisão deve envolver a auscultação da população.

Foi com grande surpresa que soubemos que a Câmara Municipal do Porto aprovou a 1 de outubro de 2020 o Pedido de Informação Prévia (PIP) apresentado pelo El Corte Inglés, que prevê a construção massiva neste que é um dos últimos terrenos públicos não ocupados no centro do Porto, num empreendimento que implica a demolição da antiga estação de comboios da Boavista. Lembramos que esta foi a primeira estação ferroviária totalmente operacional do Porto, inaugurada em 1875, e a primeira linha de via estreita/reduzida de Portugal e, por isso, faz parte da memória histórica e simbólica da cidade e do país. Para além disso, esta é a zona da cidade do Porto com um dos mais elevados índices de calor e ruído, e uma das poucas zonas onde os residentes (ex. de Francos, Prelada e Carvalhido) estão a uma distância superior a 2 km de uma Área de Sossego (Relatório PDM 2020, p. 81, 84, 89 respectivamente). Consideramos por isso fundamental que qualquer intervenção futura contemple a preservação da estação ferroviária e a criação de um amplo espaço verde tranquilo. Esta mesma posição é defendida também pela CDU, PAN e Bloco de Esquerda, sendo a posição do PS menos clara, embora também defenda que os espaços verdes são naturalmente uma mais-valia para a cidade e que qualquer decisão deve envolver a participação cidadã e o equilíbrio das opções colocadas.

A aprovação deste PIP e possibilidade de se viabilizar esta construção massiva não contempla efectivamente este equilíbrio de opções, já que o El Corte Inglés pretende ocupar com três blocos de enormes dimensões a totalidade do quarteirão. Parece-nos também preocupante, e até contraditório, o facto de o executivo municipal ter aprovado este PIP sem ter garantido previamente a obtenção de uma resposta ao pedido de reversão do negócio que ele próprio enviou ao Ministério responsável. Esta aprovação acontece, ainda, num momento em que corre nos serviços municipais um pedido de classificação municipal da antiga estação ferroviária, já desde o dia 22 de Junho de 2020 e sem resposta até à data. A possibilidade de classificação da estação, cujo processo ainda se encontra em análise pelo Município, é incompatível com as pretensões actuais do ECI, pelo que não faz sentido a aprovação do respectivo PIP sem que o pedido de classificação da estação tenha sido respondido. Lembramos que este PIP foi reprovado numa primeira fase, com base em pareceres desfavoráveis de quase todos os serviços consultados. Por isso, surpreende-nos que a sua versão ligeiramente retificada venha a ser aprovada em plena pandemia, sem consulta pública ou mesmo informação aos restantes partidos com assento no executivo (como referem o PS e CDU na resposta ao Movimento) e justificando-se essa aprovação com um estudo urbanístico que está ainda a ser desenvolvido pelo município e que não foi tornado público. Por todas as razões já aqui apresentadas consideramos que este ou qualquer projeto futuro para este espaço deve estar sujeito a um **processo de decisão transparente**, à **disponibilização de relatórios conclusivos que justifiquem a sua pertinência** e ao **envolvimento da população na consulta e tomada de decisão**.

Consideramos ainda fundamental que eventuais planos para a cidade feitos no passado (como possivelmente os que estiveram na base do contrato promessa feito em 2000 entre a antiga REFER e o ECI) sejam revistos à luz do contexto e necessidades actuais, nomeadamente considerando os impactes das alterações climáticas e as mudanças de expectativas da população que anseia por uma cidade mais resiliente, sustentável e com espaços verdes ao alcance de todos/as.

Conscientes da importância que este espaço representa para os munícipes, e nomeadamente para os mais de 9400

subscritores da nossa petição, consideramos que agora, mais do que nunca, é fundamental que o futuro deste terreno público e estação ferroviária seja alvo de escrutínio e participação da população. Consulta pública essa que aliás é obrigatória, à luz do que estabelece o regulamento do PDM ainda em vigor no seu artigo 89º. **Convidamos, por isso, todos os partidos representados na Assembleia Municipal do Porto, o executivo da Câmara Municipal do Porto, assim como o Ministério e Infraestruturas de Portugal a ouvirem os cidadãos e cidadãs sobre que projecto melhor representa a sua visão e anseios para este espaço da cidade do Porto, antes que decisões irreversíveis sejam tomadas, com grande impacto na vida de todos nós.**

Movimento por um jardim ferroviário na Boavista

## RESULTADO CONSULTA AOS PARTIDOS

O **Movimento por um jardim público e pela preservação da antiga estação de comboios da Boavista** convidou todos os partidos representados na Assembleia Municipal do Porto a partilharem com os munícipes a sua visão para este espaço da cidade do Porto, através da resposta a 5 questões. Recebemos respostas de todos os partidos, com exceção do PSD e do movimento Rui Moreira.

As respostas abaixo apresentam o texto exato enviado pelos partidos que responderam ao nosso repto: CDU, PAN, BE e PS. A ordem de apresentação corresponde com a ordem cronológica com que recebemos as respostas dos partidos.

Na opinião dos(as) deputados(as) na Assembleia Municipal do Porto:

### **1. Que proposta deve a CMP negociar com as Infraestruturas de Portugal para que o destino do terreno público da antiga estação de comboios da Boavista sirva da melhor forma os interesses da população?**



A CDU defende que, em primeiro lugar, deve ser o ministério das infraestruturas e Habitação a dar orientações claras à Infraestruturas de Portugal para a denúncia do contrato de promessa de compra e venda que existe sobre este terreno. O Porto tem já pouco solo disponível e a CDU considera que a alienação de património, seja pela CMP, seja pelo Governo/Ministério, é gravoso neste contexto e compromete uma estratégia de investimento público em equipamentos ao serviço da população. O grupo parlamentar do PCP apresentou uma pergunta em Novembro de 2019 ao Ministério das Infraestruturas e Habitação que até à data não foi sequer respondida.

A CDU defende, inclusive, que a Câmara Municipal do Porto tenha um papel mais reivindicativo junto do Governo, no sentido de exigir que o património público não seja alienado e de tentar rescindir o contrato de compra e venda do terreno, tal como exposto em proposta que apresentámos e foi a base da aprovada no Executivo Municipal do Porto em Novembro de 2019.



Segundo temos conhecimento O El Corte Inglés terá pago à Infraestruturas de Portugal pela aquisição do terreno, tendo submetido um PIP à Câmara Municipal do Porto, que agora terá parecer favorável, para a construção de um armazém comercial, de um hotel e de um edifício de habitação, comércio e serviços. O PAN lamenta, desde logo, a promessa de venda do terreno por parte da Infraestruturas de Portugal, bem como a opção do executivo municipal em viabilizar este PIP. O PAN defende que esta é uma oportunidade de dotar esta zona de um espaço verde para usufruto da população, bem como de preservar a antiga estação ferroviária, garantindo a sua classificação como imóvel de interesse público. A CMP deve negociar com as Infraestruturas de Portugal uma estratégia conjunta de forma a reverter este negócio.



A Câmara Municipal do Porto aprovou, em novembro de 2019, por unanimidade, uma recomendação a solicitar ao Governo que revertisse a decisão de alienar o terreno da antiga estação ferroviária da Boavista.

Desde então, não se conhece qualquer desenvolvimento dessa diligência, nem a CMP explicou publicamente se obteve alguma resposta ou esclarecimento por parte do Ministério das Infraestruturas e da Infraestruturas de Portugal.

O Bloco de Esquerda considera que o Município do Porto deveria atempadamente ter apurado, diretamente com o Governo e a IP, as eventuais condições para a devolução daquele terreno à posse pública, abstando-se de aprovar qualquer pedido de informação prévia e/ou licenciamento urbanístico para o local.

Ainda que considerando o ponto em que o processo atualmente se encontra, entende o Bloco que o Município tem ainda essa responsabilidade, sendo a proposta a de que essa devolução à cidade seja assegurada, assumindo a IP responsabilidade pelo erro da venda e a CMP o erro da mencionada aprovação.



O PS não ignora que sobre o terreno em causa foram constituídos direitos, através de negócios jurídicos legítimos, que considera deverem ser respeitados por qualquer pessoa de bem, máxime se ente público.

Neste quadro, a CMP não deve, dentro das suas competências e capacidades, deixar de se preocupar em garantir que ao terreno em causa seja dado o destino que melhor sirva os interesses da cidade.



Sem resposta



Sem resposta

## 2. Consideram que um novo centro comercial nesta zona do Porto trará algum benefício económico ou outro à população, e que os outros centros comerciais<sup>1</sup> já existentes na mesma zona e em processo de abandono não conseguiram? E mais uma unidade hoteleira? Em que medida?



Para contexto, relembramos que a construção de duas novas linhas de metro, a Linha Rosa e prevista linha Casa da Música-Gaia/Devesas, atribuem a este terreno uma grande importância estratégica para a mobilidade na Cidade. As três linhas de metro que terá, aliadas às linhas da STCP que param ou partem nas suas imediações, exigem que se salogue a intermodalidade desejada neste contexto, resolvendo o congestionamento do tráfego rodoviário da zona e ajudando à minimização de tempos de viagens e transbordo, fundamentais para o incentivo do transporte público.

Consideramos que ocupar este solo com qualquer programa que não salogue a articulação das funções que teve e terá no âmbito da mobilidade, é um erro demasiado caro, que no futuro terá custos públicos muito superiores à rescisão da venda deste terreno público. Se o uso for o anunciado, de grande superfície comercial e/ou Hotel, agravará ainda mais os problemas de congestionamento que já são sentidos, ainda sem as novas linhas de metro.



Havendo nas proximidades vários centros comerciais, questionamos quais os benefícios que uma estrutura com os mesmos fins traria e como poderá a Câmara Municipal travar este processo, sendo que para tal é necessário uma decisão política nesse sentido. A Câmara Municipal deveria ter em conta a existência dos centros comerciais Brasília, Cidade do Porto e Península para inviabilizar este PIP. Uma nova superfície comercial desta dimensão iria/irá também aumentar a pressão de trânsito automóvel sobre a rotunda, bem como o nó do Campo Alegre condicionando o acesso a outros locais. Também não se justifica a existência de mais uma unidade hoteleira face às respostas já existentes no mercado, nesta zona da cidade. Na nossa perspetiva, na zona envolvente da linha do metro, deveria privilegiar se a existência de parques verdes de acesso público.



O Bloco considera “um erro político e urbanístico” a decisão da CMP em aprovar o PIP submetido pelo El Corte Inglés para aquele local (ver comunicado de 30-10-2020: <https://porto.bloco.org/porto/bloco-considera-erro-politico-e-urbanistico-aprovacao-de-el-corte-ingles-na-boavista/2427>).

Conforme referido, esta é uma zona da cidade já sobrelotada de grandes superfícies comerciais (e unidades hoteleiras), pelo que não se compreende o interesse em viabilizar a construção de mais um destes equipamentos, dotado de centenas de novos lugares para estacionamento de automóveis, com

<sup>1</sup> Centro comercial Brasília, Shopping cidade do Porto, Península Boutique Center, Centro comercial Sírius

a consequente sobrecarga urbanística, ambiental e ao nível da mobilidade.  
O Bloco considera que esta solução não valoriza aquele espaço que, até pela sua localização privilegiada, mereceria um projeto de qualificação urbanística mais equilibrada e de outra natureza.



O PS preza e incentiva a iniciativa privada sempre que se desenvolva segundo as regras do estado de direito que somos e com absoluta transparência.

Nessas circunstâncias, entende não lhe cumprir fazer juízos de valor sobre o seu mérito.

No entanto, continua a alertar para os riscos da monocultura do turismo, provocando disrupções sociais e económicas na cidade, com fortes custos ao nível da habitação e da diversificação dos setores de atividade, situação que a pandemia veio tornar particularmente evidente.

Da mesma forma, entende que é imperioso desenvolver uma política de apoio e proteção ao pequeno comércio local que constitui uma das nossas marcas identitárias.



Sem resposta



Sem resposta

### **3. Consideram que um jardim de acesso público, arborizado, com possível infraestrutura de lazer e recreio, poderia proporcionar uma revalorização desta zona altamente urbanizada da cidade e trazer benefícios para a comunidade? Em que medida?**



Consideramos que o terreno em questão, conjugado com a actual estação de metro da Casa da Música, a envolvente da Casa da Música e a expropriação dos edifícios devolutos junto à rua 5 de Outubro (e tendo também em conta a necessidade de dinamização do jardim da Rotunda) tem uma escala que permite resolver as questões de mobilidade/intermodalidade que precisamos e garantir outros usos públicos, como por exemplo um espaço verde, que potencie o lazer e recreio e dotado de equipamentos públicos de função social. A zona da Boavista não tem só o problema do congestionamento nas horas de ponta, tem também um problema de “desertificação” por exemplo aos fins de semana e fins de tarde/noite. A polaridade criada pela Casa da Música atraiu já alguma vivência no espaço público desta zona da cidade e temos a convicção de que outros programas públicos complementares na envolvente, ao serviço da população, terão o importante contributo de revigorar a zona.

Defendemos que é preciso contrariar a mono funcionalidade do solo urbano, zonas só de serviços, só de comércio ou só de habitação. Concentrações desproporcionais de determinado uso do solo, já provaram ao longo do último século trazerem prejuízos à vivência nas cidades.



Evidentemente. Os espaços verdes de proximidade são fundamentais no combate às alterações climáticas, na promoção da biodiversidade, da saúde física e psicológica e na prática de atividade física, o que resulta no bem estar individual, da comunidade e no direito ao ambiente, consagrado na CRP.



O Bloco de Esquerda defende, em primeiro lugar, que a solução urbanística para aquele local deve resultar de um processo de discussão pública, transparente e amplamente participado, e não exclusivamente da negociação entre os serviços municipais e um promotor privado.

A proposta de valorização daquela zona com a construção de um espaço verde de proximidade e de equipamentos de “lazer e recreio” em parte daqueles terrenos – ainda públicos –, certamente com menor sobrecarga urbanística e suprimindo algumas das carências que persistem naquela zona, é uma proposta que consideramos relevante e coerente, não sendo tal solução incompatível com outras que têm vindo a público, como a construção de nova edificação para habitação a custo acessível, de forma complementar e equilibrada com as infraestruturas referidas.



Os espaços verdes são sempre mais-valias para as cidades, contribuindo para que sejam mais atrativas e saudáveis, melhorando a qualidade de vida para a sua população, residente e ocasional.

Todavia, o território tem, necessariamente, de acomodar a satisfação dos múltiplos interesses e

necessidades de quem o habita e frui.

Compete a quem estiver investido no dever de governar, em especial a cidade, procurar garantir, com transparência e participação cidadã, o equilíbrio das opções que em cada momento se coloquem.



Sem resposta



Sem resposta

#### 4. Deve a CMP reconhecer a antiga estação de comboios da Boavista, que foi a primeira estação de comboios totalmente operacional do Porto e a primeira linha de via estreita/reduzida de Portugal, como património histórico do Porto a preservar?



Sim, consideramos que deve ser reconhecida, desde logo no inventário de património de interesse municipal, ajudando a que o projecto de requalificação urbana deste terreno público e sua envolvente, possa ter como requisito enquadrar com outros usos a preservação da estação e/ou outros elementos do património ferroviário que se considerem importantes.



Sim, é evidente que faz parte do nosso património e por conseguinte deveria ser reconhecida como tal, sendo que a CMP deve agir em conformidade, isto é, fazer uma proposta de reconhecimento de interesse municipal, reivindicando a sua autonomia para o efeito. Esperamos inclusivamente que na carta do património do PDM este edifício venha a ser inserido e que o terreno envolvente venha a fazer parte da estrutura ecológica.



No despacho em que indeferiu o pedido de classificação da antiga estação como património cultural de interesse nacional, a Direção Regional de Cultura Norte (DRCN) admitiu que o edifício “é um suporte de memória da história da ferrovia da cidade [do Porto]” e enviou o processo à CMP “para que esta, querendo, pondere uma eventual classificação de interesse municipal”. Atenta a argumentação constante do pedido de classificação e do referido despacho – e salvo melhor opinião – parece ao Bloco de Esquerda estarem reunidas as condições que justifiquem a classificação do referido imóvel como de interesse municipal, passando qualquer operação urbanística para o local a dever contribuir para a sua preservação e valorização.



Uma cidade revela-se, especialmente, pela estirpe das suas gentes, pela preservação dos elementos significantes da sua memória e pela capacidade de se manter em estado de renovação permanente sem se descaraterizar.

Ao mesmo tempo a construção da cidade também acrescenta património e há que conseguir um equilíbrio. Não nos parece que a preservação da antiga estação da Boavista, por si só, justifique impedir um novo empreendimento naquele local.



Sem resposta



Sem resposta

#### 5. Que procedimentos de participação cidadã e transparência governativa deveria a CMP adoptar no próximo PDM em relação a operações de loteamento ou outras obras de execução de dimensão significativa (ex. com área de construção superior a 12 000 m2)?



A CDU considera que os projectos estruturantes de uma cidade devem ter participação e discussão pública e que uma cidade é tanto melhor quanto mais participação da população. Mas defende que

não são apenas estruturantes apenas os que tem mais de 12000 m2 área, mas também outros projectos públicos e privados de grande impacto na cidade, não pela áreas mas pelo valor estratégico, patrimonial, cultural e ambiental para a Cidade. A CDU defende que devem ser encontrados critérios que alarguem, motivem e incentivem não só a discussão pública mas também que os sujeitem à aprovação por outros eleitos nomeadamente no executivo da Câmara Municipal.



Qualquer operação de dimensão significativa em que já haja compromissos assumidos, inclusive um PIP ou operação de loteamento aprovado, devem constar no PDM, de forma clara. Também se deve garantir a devida publicitação da consulta pública. Damos nota que muitas vezes as consultas públicas passam despercebidas às cidadãs e cidadãos. Numa democracia saudável a ideia da cidadania ativa deve ser palavra-chave. Quando uma intervenção urbanística causa a indignação cidadã e de ONG, como é o caso desta situação, a autarquia deve promover fóruns de discussão de forma participada e transparente, que realmente visem encontrar soluções de compromisso e não apenas manter uma decisão unidirecional.



O regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA), determina a realização obrigatória de AIA nas operações de loteamento urbano que ocupem área superior ou igual a 10ha ou construção superior a 500 fogos, ou para estabelecimentos de comércio ou conjunto comercial superior ou igual a 3ha. Da mesma forma, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 22 do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), e do Código Regulamentar do Município do Porto, é obrigatória a prévia discussão pública do licenciamento de operações de loteamento com “significativa relevância urbanística” (i.e. quando exceda 4ha ou 100 fogos).

Em todo o caso, o Bloco defende que estes projetos – pela sua dimensão e impacto urbanístico – deveriam ser objeto de um maior e mais transparente debate público, não se ficando simplesmente pelo anúncio de discussão pública no site da autarquia, mas efetivamente promovendo uma auscultação e participação da comunidade, vizinhança e outros, na sua discussão.

Da mesma forma, defendemos a criação de um portal da transparência urbanística, onde seja possível, a todo o momento, efetuar a consulta online dos projetos urbanísticos em apreciação e alvarás emitidos para cada zona da cidade, como já faz parcialmente a CM V.N. Gaia, aumentando assim a capacidade de escrutínio e participação por parte dos cidadãos, organizações da sociedade civil e da comunicação social.



A participação cidadã é, em grau adequado, tempo oportuno e com probidade, uma exigência na atividade dos órgãos de poder direta ou indiretamente legitimados pelo voto. Logo, uma sua inerência, não devendo carecer de ser vertida nos instrumentos de governação da cidade. Embora o PDM seja apenas um deles, estabelecer proporcionados procedimentos de consulta pública é manifestação de saudável boa-fé governativa.

O PS entende que o PIP em causa, pela dimensão e localização do projeto em causa e por haver perspetivas diferentes sobre a utilização daquele espaço, devia ter sido apreciado no Executivo municipal.



Sem resposta



Sem resposta

